

# MOVIMENTAÇÃO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados  
ISSN Eletrônico: 2358-9205

## Apresentação

### Dossiê Movimentos Indígenas

#### MovimentAção: Vol. 4, No. 6 (2017)

Esta edição especial Dossiê Movimentos Indígenas corresponde à proposta de dar visibilidade à participação dos povos indígenas na sociedade civil e política, uma vez que, esta ação é para muitos, desconhecida.

É uma tentativa também de afirmar a mobilização indígena por cidadania, ato igualmente ignorado e invisibilizado das ações coletivas dos movimentos sociais no Brasil.

É sabido que os povos originários estiveram segregados da participação, seja em qualquer instância da história da sociedade ocidental e até agora a invisibilidade de uma ação coletiva própria e articulada é suprimida por uma bibliografia que não considera em sua agenda de pesquisa, a mobilização dos povos originários, pelo motivo de se negar a compreender esta forma de mobilização enquanto digna de contextualização no que chamamos de modernidade. Acreditamos que esse ato faz parte do reflexo do apagamento da identidade étnica do cenário nacional, como um eco da herança colonial que apostou na retórica de que os povos indígenas fariam parte do passado histórico da humanidade.

A própria Sociologia nacional tratou de orientar o seu enfoque da pesquisa social apenas para as ações de tipo eurocêntrica e devido a este rigor normativo, contemplou chamar de mobilizações de movimentos sociais exclusivamente as demandas de grupos que tinham como referência as questões que são diretamente dirigidas para o universo capitalista e urbanocêntrico.

Contrariando essa perspectiva, este volume da Revista Movimentação, quer realçar a capacidade da identidade indígena, de se renovar e persistir originária, em meio a selva de pedra do desenvolvimento ocidental, seja em meio à produção do conhecimento, demonstrando o quanto é possível, quanto necessário, congruir os pontos de vista cultural originário com as demandas da agenda ocidental.

Para demonstrar essa determinação indígena em acompanhar os acontecimentos da

modernidade, sem, porém, perder-se dentre ela e, ainda assim, lutar para impor-lhe limites e críticas pertinentes, queremos com este volume, apresentar alguns dos segmentos da mobilização indígena, desde a perspectiva de tomar para si os signos da política, para, desta maneira, procurar reverter o processo de invisibilidade das suas próprias demandas.

Para que fosse possível uma abordagem deste tipo - de modo que trouxesse à tona a agência da pessoa indígena em primeiro plano, tanto no texto como na escrita e, de acordo com a concepção de agência e não agenciamento - foi necessário inovar na metodologia. Neste caso, é importante pontuar que o volume aqui proposto primou por um tipo de construção analítica que contemplasse o ato da pessoa indígena dentro da cena em que se coloca. Aliando ao ato de colocar-se em cena, como se colocam e qual a intencionalidade da mensagem que quer comunicar.

Esclarecido isso, a principal informação impressa nas linhas que se seguem é um manifesto pela necessidade de desacostumar o olhar ao qual legitimou o ocidentalismo enquanto referência única das instituições sociais, desconsiderando que o composto social do Brasil e América Latina é majoritariamente e culturalmente de raiz indígena.

Uma prova da dificuldade em realizar um trabalho digno desta importância foi o desdobramento de diversos entraves que tiveram que ser contornados para empreender nosso projeto. Em primeiro lugar, a resistência do próprio campo da Sociologia do conhecimento mainstream, causou uma série de desgastes ao trabalho. Como por exemplo, o questionamento da equipe editorial à minha própria capacidade de coordenar este volume. Um detalhe que se aqui é mencionado é como forma de registrar mais um episódio da ampla e frequente campanha de difamação atribuído à pessoa indígena no que tange a capacidade de gestão das 'responsabilidades instrumentais' do ocidente. Ponto ao qual, sucedeu-se à falta de apoio metodológico em compreender, desde o início, a proposta do material aqui reunido.

Para além desta dificuldade mais imediata, o trabalho contou ainda com um esforço de articulação entre os autores nas aldeias para que textualizassem suas experiências. Neste processo emergiram parceiros de crucial importância, ajudando vencer a dificuldade da escrita, em língua portuguesa e acadêmica, para, enfim, registrar o depoimento-texto, ou, texto-narrado. Uma categoria que cria confusão no quesito autoria, uma vez que a determinação de autor, no mundo acadêmico, serve apenas para quem digita ou transcreve o material indígena, fazendo do produto do conhecimento indígena eternas fontes de pesquisas sobre os outros.

Nesse caso, produzir um material sob o ponto de vista do autor indígena, é compreender o lugar da técnica e da linguagem acadêmica, no processo criativo do material.

Veza que, técnica acadêmica e língua estrangeira universal são dois elementos limitadores da difusão do conhecimento da perspectiva autóctone acerca dos signos da modernidade. Um trabalho como este, de tradutor da linguagem técnica, sem se auto-intitular autor das ideias do produto indígena exclusivamente por tê-las digitado ou transcrito, deve ser enaltecido como trabalho de parceria, uma vez que o dono do processo criativo da mensagem foi o próprio índio.

Outro ponto a ser registrado como apoio ao lançamento deste dossiê se refere a tradução dos resumos para idiomas inglês e espanhol, a este exercício, fizemos questão de incluir nos textos recebidos, resumos traduzidos para o idioma guarani (e também terena), para que assim ficasse assinalado a importância que significam na matriz linguística brasileira, como idiomas ainda conservados em sua vivacidade.

Por fim destas considerações e iniciando o esboço do trabalho aqui apresentado, abrimos a edição com o texto do professor Anastácio Peralta, educador kaiowá, atuante nas áreas de retomada e articulador do conselho Guarani Kaiowá (Aty Guasu), pela demarcação das terras originárias e pela resistência de nosso povo em seu território. É neste sentido que o trabalho do professor Anastácio chama atenção para uma proposta de gestão do território por meio da educação intercultural. Haja vista, esse espaço da educação ser compreendido como um espaço por excelência de abrangência intercomunicativa. O professor Anastácio articula neste respeitável trabalho, conceitos inaugurais a ser pensados pela academia, em conjunto com a vida das comunidades. É deste modo que enuncia a “tecnologia espiritual”, a “agroecologia” e o “bem-viver” enquanto categorias de confluência intercultural, capaz de reunir técnicas ocidentais e ancestrais nas capacidades de desenvolver respostas para a (re)existência dos povos indígenas à modernidade.

Em seguida, apresentamos o artigo de Danielly Colleti, observadora da ação das mulheres indígenas em meio à política dos brancos, o qual demonstra a determinação das mulheres Terena, ocupando espaços em secretarias de políticas públicas e trazendo ao centro do debate a presença da mulher indígena nos espaços de decisão. Estabelecendo uma dinâmica de interação entre demandas culturais e locais das aldeias, para discussão junto às instâncias do Estado nacional, que por excelência sempre as subjugou. Esta articulação ressalta ainda o intercâmbio entre os espaços, aldeia e cidade, numa perspectiva complementar, e não separatista, desses dois modos de vida. Interação esta, que por muitas vezes estivera incompleta pelo entendimento de que esses dois mundos devem caminhar em separado.

Já o artigo de Elemir Martins corresponde a esse novo método de pesquisa que coloca

o conjunto, Aldeia e pesquisador, como protagonistas do trabalho. Faz parte da renovação dos horizontes de pesquisa da temática indígena, uma vez que, põe de lado a velha metodologia do outro, do estranho ou, objeto. Pois, mesmo enquanto seja o indígena o pesquisador, o que temos visto é que os programas de pós-graduação ainda submetem tais perspectivas de análise às regras da formação eurocêntrica, à medida em que, centraliza o tema e a proposta de trabalho voltada para a curiosidade interessada do ocidente em manter as distâncias e a hegemonia do produto do conhecimento. Faz parte deste novo horizonte, empreendido por Elemir, o fato do pesquisador suscitar o tema, a partir da sua realidade própria, da sua curiosidade de pesquisa. Pois, é de acordo com indagações que faz desde o seu cotidiano, é que nascem necessidades e elaborações de respostas para o entendimento do presente. O artigo de Elemir pensa a respeito das lideranças da comunidade indígena e como isso variou neste período de interferência assimilacionista do estado nacional. A sua observação chama atenção para a perenidade das lideranças espirituais ‘Nhanderu e Nhandesy’, que mesmo com a chegada de outros tipos de atores que disputam a autoridade da população, não deixou de conservar o seu lugar na representatividade política e espiritual dentro a comunidade.

Dentre esses diferentes ensaios, o texto de Daniele Lourenço, em parceria com Anderson Silva, trás um panorama de avaliação da Assembléia da Juventude Terena, no que tange a articulação política da juventude dentro do movimento indígena nacional. Sob a perspectiva de superar os dilemas colocados entre local, global e geracional, que são tão caras às mobilizações coletivas, que ao emergir no cenário nacional correm o risco de tomar distância das questões locais, de modo que, as conexões de base venham se perder. É desse modo, que a professora Terena, junto com o assessor jurídico do Conselho Terena consideram pedagógica a ação das assembleias voltadas para juventude. De maneira que, as falas e oficinas informam e qualificam o entendimento dos moradores da comunidade indígena pela luta por direitos culturais e de cidadania. O texto de Lorenço e Silva reconstroem a luta do povo terena pelas terras sagradas e originárias de seus ancestrais e mostra ainda a retomada de suas raízes culturais a partir deste processo. Sem, portanto, perder o foco na inteligibilidade acerca da legislação, que cumpre o papel de vilão, no que diz respeito à retirada do pertencimento e dos direitos indígenas na sociedade ocidental.

Em seguida registramos o importante trabalho do antropólogo e advogado Terena Luiz Eloy Amado, advogado da articulação dos povos indígenas no Brasil (APIB) e liderança internacional da luta por direitos originários. Eloy Amado aborda o despertar do povo terena enquanto categoria política da resistência de uma cultura que se reconecta com seus símbolos e significados, para tomar para si a sua história e defender seu território. O trabalho lança a

questão da representação do povo terena nos escritos etnográficos e a contextação dos estados nacionais em relação ao pertencimento dos povos indígenas à cidadania nacional. A importância destacada pelo pesquisador terena de ter acesso à formulação das instituições da sociedade global é o ponto-chave para retomada de seus direitos enquanto povo que reclama o acesso aos recursos sociais e políticos na era da modernidade. Uma vez que a história da colonização é exaltada como o grande marco da civilização e, por sua vez, impõe limites para o desenvolvimento dos povos que aqui já têm a sua história consagrada.

Marileide Quixelô é uma das autoras que também retoma a história, enquanto intelectual indígena, para restabelecer os direitos de pertença do povo Quixelô enquanto povo autóctone e que também participa do mundo ocidental. Sob o título de Resistir para Existir e Existir para Resistir, a autora marca a trajetória da mobilização do povo quixelô que dialoga com três séculos de colonização e recolonização cunhado no silenciamento e marginalização da cidadania do povo quixelô frente ao estado nacional. O povo Quixelô, que é originário da região do estado do Ceará, uma das regiões mais impactadas pela colonização, visto que, as primeiras expedições coloniais se estabeleceram na costa do país, demonstra a estratégia deste povo em permanecer no seu território e propõe a revisão da literatura e da história, no sentido de trazer à tona, a verdadeira história da colonização brasileira, para, desse modo, dar inteligibilidade aos processos de dizimação dos grupos e nações indígenas que foram empreendidos pela formação do estado nacional.

Já o texto de Prado e Urquiza é uma importante homenagem ao guerreiro Marçal de Souza Tupã'i, num zeloso trabalho de registro da história de Marçal, por meio da pesquisa de sua história incluindo o testemunho da família desta liderança tão importante para o movimento indígena na atualidade. Foi Marçal Tupã'i quem levantou a primeira voz internacional para a questão da situação de genocídio do povo Guarani e Kaiowá. Foi através da sua palavra inspirada que o mundo conheceu a violenta tática de aniquilamento do povo Guarani Kaiowá pelos órgãos do indigenismo oficial e assim ofereceu uma tomada de consciência por parte da própria comunidade sobre a política perversa do ocidente de estabelecer conflito entre os membros da comunidade para desarticular formas de resistência ao domínio imperial. Tupã'i que nunca teve medo de relatar as violências a que estivera submetido nos fornece um exemplo contra a desindianização que pressupõe o apagamento das heranças culturais por medo do preconceito de ser que nós somos. Este texto é importante ser publicizado, pois, é nas palavras de Tupã'i que renascemos.

Rosely Pacheco apresenta um estudo abrangente das demandas indígenas às constituições nacionais apontando a mobilização indígena enquanto uma das mudanças mais

significativas na cultura política do presente. Uma vez que são atores que demandam direito à diferença e apresentam novos conceitos para a relação da cidadania com o espaço público e parâmetros fundamentais para a sociabilidade intercultural, que é a principal característica da modernidade. O texto da pesquisadora articula saberes da História, Sociologia, Antropologia e Direito para traçar um panorama das mobilizações indígenas frente às questões que discute direito, reconhecimento e inclusão das populações marginalizadas pela política hegemônica. Chama atenção também para a amplitude das contribuições indígenas na estruturação das noções de sociedade e estado, atuando na construção de diversos tratados nacionais e internacionais de respeito à pluralidade da identidade nacional. Que a partir deste tipo de mobilização é que foi compreendido os limites da cultura monocêntrica para a proposta de integração entre os povos numa proposta que podemos chamar de democrática.

Já no trabalho do professor Almiros Machado, Guarani Terena da Reserva indígena de Dourados/MS demarca a diversidade crítica dos processos de mobilização. Procurando demonstrar que a leitura crítica das batalhas e conquistas está sendo praticada desde seu ponto de vista mais fundamental. O texto pretende demonstrar, da perspectiva desde dentro, o quanto nos mantemos atentos às mudanças e seus verdadeiros impactos na comunidade. A vertente crítica inaugurada pelo professor Almiros levanta questões internas que são importantes de ser discutidas entre nós. Como uma forma de não deixar sereno a noção de inclusão e transformação das condições da sociedade indígena, por quanto seja a ação e instrumentalização da luta por direitos apontar ganhos institucionais que não respaudam a vida dentro da aldeia. Trata-se de uma reflexão para além dos contornos epistemológicos, que põe no chão a noção de articulação, luta e mobilização política a qual estamos tentando tornar próspera. Aponta para as condições de vida e as dificuldades reais no seu sentido mais fundamental que é de conseguir sobreviver nos/dos nossos territórios, para assim, poder expandir as questões de direitos e perceber novos empecilhos à cidadania indígena, interétnica e transcultural.

Dois textos internacionais foram acrescentados a esta edição. Textos que temos muito entusiasmo em receber em nossa coletânea. Trata-se de estudos que aproximam o Brasil dos casos da América Latina, denotando como mobilizações adjacentes de nossos parentes da colonização hispânica vem traçando saídas para descolonizar a América e deste modo, deixar emergir um pensamento consolidado da perspectiva originária, que têm muito a contribuir nesta esfera de debates a respeito dos movimentos de libertação do povo indígena do apagamento epistêmico do ocidente.

Lalander & Lemkle são pesquisadores da Universidade de Estocolmo e colaboradores

nas universidades do Equador. Este texto foi incluído nessa edição especialmente, tendo em vista a importância da circulação do conhecimento latinoamericano sobre etnopolítica. A apropriação dos conceitos e elaborações de novos paradigmas para a mobilização dentro da perspectiva autóctone de participar das instâncias deliberativas internacionais. Assim como destacam os autores, as contribuições sobre democracia deliberativa em sociedades divididas e/ou multiétnicas são o ponto chave da construção teórica do que se convencionou atualmente chamar de etnopolítica. Certamente, uma noção já praticada pelos grupos indígenas na sua política interior e exterior, entretanto, criteriosamente nomeada e conceituada dentro de uma esfera que é própria da Teoria Política, para outorgar a política ameríndia enquanto uma vertente a ser considerada das teorias do conhecimento da política.

O texto de Mauricio Diaz é uma contribuição da mobilização dos povos originários da Colômbia do moderno movimento indígena e as novas formas de luta pela identidade étnica da década de 1990. O estudo apresentado pelo autor amplifica as demandas políticas da questão indígena, de luta pelo território que se expande para questões de identidade, culturalidade e pertença para além das fronteiras físicas das reservas e territórios. Significa uma luta por reconhecimento na sociedade global pelo significado identitário de ser indígena e pertencer a uma cultura ancestral. Significados esses que devem ser descobertos pelos próprios agentes mobilizadores das demandas, isto é, a própria sociedade indígena na recuperação da sua identidade apagada pelo Estado. O artigo de Diaz é especialmente importante para a nossa conjuntura no Brasil, pois traça um esboço das iniciativas que estão sendo gestadas em várias frentes de mobilização indígena que estão acontecendo hoje, ter um reflexo de ações que culminaram em agregação social e reconstrução moral da identidade indígena do ponto de vista do pertencimento é uma contribuição significativa na trajetória organizativa da identidade política do povo indígena no caso nacional.

Para encerrar esta edição, apresentamos como último trabalho, um ensaio fotográfico de relevância incomparável. O ensaio de Paulo Humberto Porto Borges nos provocou desde o início da submissão, quando questionou se nesta edição especial, que contemplava uma linguagem epistemologicamente diferente, suportaria um trabalho que subvertesse o modelo de escrita acadêmica para comunicar a bravura e a beleza da aldeia Tekoa Jevy, Guarani Mbya, no oeste do Paraná, registrada a partir do culto de toda a resistência espiritual de nosso povo.

*Fabiane Medina da Cruz*  
UNICAMP - Ciência Política. AVA Guarani. MS/Brasil